



Universidade Federal de Alagoas - UFAL  
Centro de Educação- CEDU  
Maceió - Alagoas - Brasil

## **IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL I: relato de experiência a partir do Estágio Supervisionado 4**

**Débora Alice Silva dos Santos** (UFAL)  
(deboraalice7@gmail.com)  
**Valeska da Silva Francisco** (UFAL)  
(valeskass00@gmail.com)

### **RESUMO:**

O presente artigo tem como objetivo relatar a experiência vivenciada no campo de estágio, decorrente do componente curricular obrigatório de Estágio Supervisionado 4, no curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, a partir de um cenário educacional marcado pela pandemia de Covid-19 e o recente retorno à modalidade de ensino presencial, após quase dois anos de atividades pedagógicas e escolares desenvolvidas no modelo virtual, evidenciando assim os impactos que essa crise sanitária e humanitária deixou na Educação Básica. As experiências relatadas neste artigo foram suscitadas mediante observações, acompanhamentos e intervenções realizadas em uma turma do 4º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede municipal de Maceió, na qual os estudantes tiveram suas dificuldades com a escrita e a leitura agravadas pelo contexto pandêmico. Deste modo, pudemos confrontar, através de uma perspectiva mais empírica, os desafios e a realidade enfrentada pelos professores, reforçando-nos os contínuos desmontes que a educação pública vem sofrendo em nosso país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Básica. Pandemia. Escola Pública. Anos Iniciais. Impactos.

## **1 INTRODUÇÃO**

A pandemia de Covid-19 impactou o mundo de uma maneira inimaginável, deixando marcas em distintas esferas sociais. Com a rápida disseminação do vírus, distintos países do globo adotaram diferentes medidas protetivas com o objetivo de conter a propagação da doença. No Brasil, respaldados pela Lei nº 13.979/2020, os estados decretaram quarentena e *lockdown*, assegurando apenas o funcionamento presencial do setor da Saúde, ante sua natureza de imprescindibilidade.

No decurso desses meses de isolamento e distanciamento social, muitos direitos básicos, como o da Educação, foram alienados as comunidades mais carentes, acentuando ainda mais as desigualdades socioeconômicas já existentes em nosso país, bem como expondo as condições desumanas e de extrema vulnerabilidade que muitos sujeitos passaram – e ainda passam – a subsistir.

Com a homologação da Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020, o Ministério da Educação (MEC) determinou a “substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus [...]” (BRASIL, 2020, p.1). Através desta Portaria, os sistemas de ensino público e privado começaram a se organizar para dar continuidade à escolarização de milhares de crianças, adolescentes, adultos e idosos, realizando, de acordo com as implicações do novo cenário, o processo de ensino e aprendizagem no espaço virtual.

No entanto, ao aprovar tal Portaria, o Governo Federal e o Ministério da Educação não se preocuparam com o fato de que muitos estudantes, em especial os da rede pública, não possuem o acesso adequado a recursos tecnológicos para acompanhar e participar, com autonomia e qualidade, de aulas *online*. Dados da pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (Gestrado), ressalta bem essa situação ao mostrar que a indisponibilidade de recursos tecnológicos é muito maior com os discentes do que com os docentes; a exemplo, na região Nordeste, essa indisponibilidade se expressa em 18,5% para os professores enquanto para os estudantes é de 67,5% (OLIVEIRA; JÚNIOR, 2020).

Ademais, com base nas discussões de Nascimento (2021), faz-se pertinente sublinhar que essa naturalização do não acesso à escola acontece desde muito antes dessa crise sanitária e humanitária eclodir, caracterizando-se como uma luta histórica que foi relativizada pela pandemia assim como muitos outros problemas sociais. Na realidade, como destaca a autora, a pandemia de Covid-19 e o Ensino Remoto foram utilizados como uma desculpa – uma excepcionalidade – para naturalizar e acelerar dois processos na educação, sendo eles os de precarizar e privatizar a educação pública, a fim de atender as demandas do projeto neoliberal que somente se preocupa em automatizar o trabalho docente e proporcionar uma formação escolar rápida e acrítica.

A partir desse cenário, o presente artigo tem por finalidade apresentar um relato de experiência, ocorrido ao longo do Estágio Supervisionado 4, no curso de

licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, em que nos foi possibilitado vivências com estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental I, de uma escola pública, localizada em um bairro periférico, na cidade de Maceió, capital de Alagoas, em um contexto de retorno presencial, ainda marcado pelas medidas sanitárias contra a contaminação de Covid-19.

## 2 ENSINO REMOTO NO CONTEXTO DE ALAGOAS

A Secretaria de Estado da Educação implementou no estado de Alagoas, por meio da Portaria SEDUC nº 7.651 de 17 de junho de 2020, o Ensino Remoto, determinando assim “a substituição das aulas presenciais pelas atividades desenvolvidas no âmbito do regime especial de atividades escolares não presenciais [...]” (ALAGOAS, 2020, p.9). No Art.1º da referida Portaria, ficou estabelecido que essa substituição do ensino presencial para as atividades concebidas em contexto remoto deveriam ocorrer em todas as etapas e modalidades de ensino da Educação Básica.

De acordo com os indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), cerca de 26,8% de lares alagoanos não possuem acesso à internet, o principal motivo apontado pelos entrevistados para tal situação decorre do valor do serviço ofertado. Além disso, a Pesquisa aponta que o acesso a alguns tipos de recursos tecnológicos, como computador ou *tablet*, é de apenas 30%, predominando na população o uso do *smartphone*.

A partir desses dados, infere-se que a adesão ao Ensino Remoto, aqui se fala de aulas síncronas realizadas em plataformas virtuais, não chegou a contemplar uma parcela significativa de estudantes em processo de escolarização, uma vez que, muitos discentes não possuíam acesso não só a rede de internet, como também a um aparelho tecnológico reservado somente aos estudos, já que era comum – mesmo com as medidas de isolamento e distanciamento social – pais ou responsáveis necessitarem trabalhar e levar o único dispositivo móvel com internet.

Por consequência, o direito à Educação, assegurado em diversos documentos legais, torna-se um privilégio da minoria, de quem detém o maior poder aquisitivo, deixando déficits imensuráveis na aprendizagem de incontáveis alagoanos, principalmente em crianças em fase de alfabetização. Apesar das jornadas demasiadas de trabalho vivenciadas pelo coletivo docente, que precisou se adaptar

às novas demandas do fazer pedagógico e garantir um processo de ensino que abarcasse a todos, defasagens na vida escolar de discentes da rede pública se constituiu como uma realidade, ao menos naquelas circunstâncias, difícil de ser alterada.

Diante de vivências tão plurais, a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) de Alagoas e a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Maceió buscaram realizar um conjunto de ações que possibilitassem o acesso aos conteúdos escolares, a exemplo disso, disponibilizando atividades impressas àqueles estudantes que não tinham como usufruir de certos recursos tecnológicos ou participar das aulas *online*. No entanto, essa iniciativa cedeu espaço para que alguns questionamentos se fizessem oportunos: Quem iria ensinar? Como seria ensinado? Essas atividades seriam o suficiente para proporcionar uma qualidade, ainda que mínima, na educação/escolarização desses estudantes?

Com as necessidades educacionais modificadas pelo contexto pandêmico, muitos pais/responsáveis precisaram se atentar, ainda mais, ao processo de ensino-aprendizagem de suas crianças, não mais lidando apenas com a questão do desenvolvimento escolar e sim com responsabilidades de caráter pedagógico, de ser docente (LUNARDI *ET AL.*, 2021).

Após quase dois anos de Ensino Remoto e Ensino Híbrido, no qual se alternou aulas presenciais com aulas e atividades desenvolvidas em ferramentas virtuais, a SEMED definiu que toda a rede municipal de Maceió deveria voltar com a modalidade presencial no dia 14 de fevereiro de 2022. Entretanto, para que esse retorno fosse possível, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou, em 6 de julho de 2021, o Parecer CNE nº 6, apresentando alguns encaminhamentos “para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar” (BRASIL, 2021, p.1).

Mediante esse Parecer, o CNE orientou que as Secretarias de Educação, estaduais e municipais, aderissem em seus sistemas de ensino a aprovação geral e automática de todos os estudantes, tendo em vista que nem todos os educandos tiveram acesso a um processo educacional eficiente durante a pandemia. Todavia, essa medida gerou novos desafios educacionais para os professores, visto que, os discentes foram sendo aprovados de um ano para o outro sem que eles realmente

tivessem tido algum contato ou se apropriado dos saberes e conhecimentos específicos de cada série escolar.

### **3 EXPERIÊNCIA NA INSTITUIÇÃO CAMPO DE ESTÁGIO: RETRATO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE MACEIÓ**

Por intermédio do Estágio Supervisionado 4, no curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, tivemos a oportunidade de observar, acompanhar e desenvolver intervenções em uma escola pública municipal localizada na periferia da cidade de Maceió - AL. Durante o contexto emergencial de Ensino Remoto, devido ao perfil socioeconômico dos estudantes que, em sua maioria, não possuíam acesso a recursos tecnológicos, a instituição adotou a estratégia de imprimir atividades para que os familiares as recolhessem e as orientações de aprovação geral e automática definidas pelo CNE.

Frente a esses desafios, no retorno às aulas presenciais, a escola aderiu a concepção de currículo *continuum*, determinada pela Secretaria Municipal de Educação de Maceió, cujo objetivo consiste em flexibilizar às habilidades exigidas pela Base Nacional Comum Curricular, buscando proporcionar a continuidade dos conteúdos e conhecimentos que não foram abordados nos anos de 2020 e 2021, partindo do pressuposto de que nem todos obtiveram acesso às aulas *online* durante a execução do Ensino Remoto.

Durante dois meses, com o total de seis visitas à escola campo de estágio, acompanhamos a rotina de uma turma de 4º ano de Ensino Fundamental, no qual, segundo relatos da professora e coordenação pedagógica, possui dificuldades com leitura, escrita e raciocínio lógico, pois ainda estavam passando pelo processo de se alfabetizar, etapa que deveria ocorrer até o 2º ano do ensino fundamental (BRASIL, 2018). Essa situação enfatiza a difícil realidade a ser superada por esses educandos que ficaram marcados pelo atraso educacional de dois anos sem acompanhamento e atividades pedagógicas adequadas.

Deste modo, durante o período de observação da turma, notou-se que a docente suspendeu o uso de livros didáticos, uma vez que, o nível de dificuldade dos conteúdos e atividades não correspondiam com os conhecimentos dos estudantes. Como alternativa, adotou-se estratégias de mediação pedagógica com ênfase na

consolidação da alfabetização e letramento dos discentes, tais como: aplicação de atividades que envolviam cruzadinha e caça-palavras, execução de videocliques e músicas, atreladas a intervenções orais com questões interpretativas para instigar a reflexão dos estudantes, produção de cartazes, ditados, entre outros.

À medida que eram realizados os exercícios propostos pela docente, pudemos verificar que poucos discentes tinham autonomia de leitura e escrita, sem a necessidade de auxílio, enquanto grande parte apresentava dificuldades em escrever palavras simples, transcrever informações presentes no quadro, identificar letras cursivas ou escrever seu próprio nome. Tal aspecto se deve ao fato dos educandos que ainda não dominam a escrita e leitura estarem em nível de hipótese silábico-alfabética e hipótese alfabética (AZENHA, 1993), ou seja, associam somente alguns fonemas com seus respectivos grafemas, omitem algumas letras, geralmente vogais, na escrita de dadas palavras, trocam sílabas de unidade sonoras semelhantes por outras (homofonia).

A partir dessa vivência de observação, foi possível conhecer e entender como funcionava a dinâmica e o ritmo da turma de uma forma bem geral, contemplando desde o nível de interação dos discentes com a professora e o conteúdo estudado, abrindo caminho para que um projeto de intervenção fosse edificado sob uma percepção humana e harmoniosa à realidade daqueles educandos.

#### **4 HISTÓRIA EM QUADRINHOS COMO GÊNERO TEXTUAL POTENCIALIZADOR DA ALFABETIZAÇÃO: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

Respaldado nas observações possibilitadas na turma do 4º ano do Ensino Fundamental, das considerações apontadas pela professora em relação à aprendizagem dos educandos no recente retorno à modalidade de ensino presencial e as dificuldades sublinhadas pela coordenadora pedagógica, nosso projeto de intervenção teve como proposta a elaboração de um plano de ensino voltado ao trabalho com a disciplina de Língua Portuguesa, visto que, conforme o levantamento realizado, os estudantes da escola em questão apresentavam grandes carências no que diz respeito à escrita e leitura.

Com objetivos geral e específicos bem definidos, a partir do gênero textual - história em quadrinhos, buscamos ampliar as habilidades de escrita e consciência

fonológica (fonêmica e silábica) dos estudantes em relação às práticas de leitura e produção textual, propondo uma sucessão de conteúdos e procedimentos didáticos-pedagógicos coerentes e flexíveis ao que se pretende alcançar com a realização da intervenção, de modo que os diferentes níveis de aprendizagens registrados na turma fossem respeitados.

Dentre uma pluralidade de gêneros textuais presentes em nosso cotidiano, a motivação para o trabalho com a história em quadrinhos (HQs) se deu em virtude da linguagem verbal e não-verbal que o gênero dispõe, possibilitando que os educandos que ainda não dominam a leitura e a escrita sejam e sintam-se incluídos na proposta, contribuindo assim para o seu desenvolvimento num sentido social, qualitativo e cultural (ASBAHR, 2016).

Assim, durante o intervalo de quatro intervenções, através desse gênero textual, trabalhamos com os conteúdos de onomatopeia, a fim de estimular e desenvolver a consciência fonológica; o emprego do “H”, reconhecendo-a como uma letra sem valor fonético em nosso alfabeto; e, por fim, delimitamos a construção de uma história em quadrinhos com o objetivo de observar os conhecimentos acomodados no transcorrer das intervenções realizadas, partindo de uma perspectiva de ensino e aprendizagem que envolvesse a alfabetização e o letramento de forma dinâmica e processual.

Ao passo que fazíamos as intervenções, adotamos uma metodologia expositiva dialogada, caracterizada pela exposição de conteúdos, envolvendo a participação ativa dos discentes, considerando seus conhecimentos prévios (HARTMANN, MAROON, SANTOS, 2019). Assim sendo, incentivamos que os estudantes questionassem, interpretassem e discutissem sobre o objeto de estudo. Além disso, nos instantes iniciais da aula, também instigamos a participarem dos momentos de leitura das histórias em quadrinhos.

Apesar de algumas crianças ainda não serem alfabetizadas, entendemos que elas poderiam fazer leituras através da escuta e imagens das histórias. Deste modo, a leitura foi composta pelos olhos de uma pessoa (professor/estudante alfabetizado) e os ouvidos de outra (estudante não alfabetizado). Ademais, os textos, as cores e imagens da história em quadrinhos ajudam na formação de uma criança leitora, despertando interesses, curiosidades e criatividade nos sujeitos (SILVA, 2014).

No que diz respeito às tarefas propostas, apenas as atividades xerocopiadas foram de cunho individual, enquanto as demais foram feitas coletivamente, tais como a realização de uma dinâmica com cartões sobre onomatopeias, a pesquisa em revistas e jornais de palavras com a letra “H” e a construção de uma história em quadrinhos. Dentre essas proposições, notou-se que os estudantes tiveram um melhor desenvolvimento e aprendizado nas atividades realizadas em equipe, uma vez que, de acordo com Cunha, Silva e Alcântara (2014, p. 11):

A dinâmica de grupo é um facilitador no processo de desenvolvimento, crescimento e amadurecimento de um indivíduo, na medida em que no processo há uma abordagem das relações intergrupais, aprimorando a totalidade dos membros que são a junção do sentir, o pensar e o agir.

Nas atividades coletivas, os estudantes demonstraram um maior grau de interesse e zelo, socializando dúvidas entre os componentes da equipe, compartilhando aprendizagens, expressando sugestões e ideias, suprimindo dificuldades que algum integrante possuía, propondo soluções e contribuindo para a execução da tarefa proposta. Ademais, a estratégia de formar grupos compostos por crianças alfabetizadas com aquelas que ainda não eram, possibilitou que esses discentes compreendessem determinadas questões e explicações a partir da sua cultura de pares.

Em linhas gerais, observamos que os alunos conseguiram compreender o assunto estudado de maneira bastante significativa e isso pode ser constatado no momento final da produção de uma história em quadrinhos, em que os discentes conseguiram contemplar as principais características desse gênero textual, pois, utilizaram textos breves e onomatopeias, escreveram um título para sua história, nomearam seus personagens, situaram o lugar em que a história acontecia e trouxeram um desfecho.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência com o Estágio Supervisionado foi bastante enriquecedora, uma vez que nos possibilitou fazer uma leitura mais aprofundada da realidade educacional vivenciada pelos docentes e estudantes da rede pública de ensino, até então contemplada somente através de escritos acadêmicos, observando que os déficits

deixados pelo contexto pandêmico na Educação Básica são bem mais densos que aqueles que as literaturas nos evidenciam ou nos instigam a imaginar.

O trabalho desenvolvido em campo nos possibilitou realizar observações, descrições e interpretações, a partir de uma perspectiva crítico-reflexiva, do fazer pedagógico que, se estivéssemos ocupando apenas a posição privilegiada de espectadoras, de quem está unicamente na academia, não nos seria oportunizado, levando-nos a confrontar e presenciar um cenário educacional e escolar lesionado pela ausência de políticas públicas em um momento de crise e desmontes.

Através das intervenções, pudemos contribuir com ideias e estratégias para estimular uma prática de leitura dentro da sala de aula, caminhando em sentido paulatino de enriquecer o vocabulário dos discentes, aprimorar a habilidade de escrita, ampliar a capacidade interpretativa, desenvolver seu senso crítico e sua inteligência comunicativa, reconhecendo que as propostas realizadas com a turma não tinha a intenção de alfabetizá-las – até porque, devido ao tempo, isto seria inviável –, mas de proporcionar um momento dialogado entre o lúdico e o educativo.

Em suma, diante dos inúmeros desafios e obstáculos que a educação brasileira vêm enfrentando, reforçamos a importância da valorização do professor, a implementação de programas e ações para a recuperação das aprendizagens, o investimento em políticas públicas que assegurem a defesa e a permanência de uma educação pública e de qualidade, bem como a integração das famílias e comunidade escolar no processo de ensino e aprendizagem, a fim de contribuir para a construção de uma educação orientada para a cidadania, os valores democráticos e a formação de sujeitos críticos, reflexivos e participativos.

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **PORTARIA SEDUC Nº 7.651, de 17 de junho de 2020**. Regulamenta a substituição das aulas presenciais pelas atividades desenvolvidas no âmbito do regime especial de atividades escolares não presenciais - REANEP e dá outras providências. Alagoas: SEDUC. Disponível em: [http://www.educacao.al.gov.br/images/Portaria\\_7651\\_2020\\_seduc.pdf\\_PAGINA\\_9\\_r\\_educ.pdf](http://www.educacao.al.gov.br/images/Portaria_7651_2020_seduc.pdf_PAGINA_9_r_educ.pdf). Acesso em 22 de out. 2022.

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. Idade escolar e atividade de estudo: educação, ensino e apropriação dos sistemas conceituais. In: MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias (Org.). **Periodização**

**histórico-cultural do desenvolvimento psíquico:** do nascimento à velhice. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

AZENHA, Maria da Graça. A evolução da criança. In: \_\_\_\_\_. **Construtivismo:** de Piaget a Emília Ferreiro. Campinas, SP: Ática, 1993. p. 59 - 87.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm). Acesso em 17 de out. 2022.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

\_\_\_\_\_. **PORTARIA Nº 343, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-343-2020-03-17.pdf>. Acesso em 19 de out. 2022.

\_\_\_\_\_. **PARECER Nº 6, de 7 de julho de 2021.** Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=195831-pcp006-21&category\\_slug=julho-2021-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=195831-pcp006-21&category_slug=julho-2021-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 22 de out. 2022.

CUNHA, Luara da Silva; SILVA, Raquel Pinheiro da; ALCÂNTARA, Bruno Sérgio. **Um estudo sobre a importância da dinâmica de grupo no processo de aprendizagem de professores.** 2014. Disponível em: [http://revistaeletronica1.hospedagemdesites.ws/revistaeletronicarh/pasta\\_upload/artigos/a33.pdf](http://revistaeletronica1.hospedagemdesites.ws/revistaeletronicarh/pasta_upload/artigos/a33.pdf). Acesso em 27 de out. 2022.

HARTMANN, Andressa Corcete; MARONN, Tainá Griep; SANTOS, Eliane Gonçalves. A IMPORTÂNCIA DA AULA EXPOSITIVA DIALOGADA NO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA. **II Encontro de Debates sobre Trabalho, Educação e Currículo Integrado**, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/enteci/article/view/11554/10244>. Acesso em 27 out. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2019.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LUNARDI, Nataly Moretzsohn Silveira Simões et al. Aulas Remotas Durante a Pandemia: dificuldades e estratégias utilizadas por pais. **Educação & Realidade** [online], v. 46, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236106662>. Acesso em 19 de dez. 2021.

NASCIMENTO, Carolina Picchetti. Escola, ensino e os processos de aprendizagem em tempos de pandemia. **Linhas críticas**, v. 27, jan-dez, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/39015/31406>. Acesso em 21 de out. 2022.

SILVA, Andréia Porto da. **O ato de ler e contar histórias para crianças: o professor trabalhando na formação do leitor na escola**. Orientadora: Rosemeire M. S. Nogueira. 2014. 17f. Artigo de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Grande Dourados, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1842/1/AndreiaPortoSilva.pdf>. Acesso em 25 out. 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; JÚNIOR, Edmilson Antônio Pereira. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Retratos da Escola**, v. 14, n. 30 (2020). Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1212>. Acesso em 19 de out. 2022.